



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL**  
**- Estado de São Paulo -**



**=LEI Nº 2.700 DE 13 DE JULHO DE 2015=**

(Do Vereador Francisco de Souza – Caninha)

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE  
MENÇÃO DO VALOR DO CUSTO DAS  
PUBLICAÇÕES OFICIAIS DO PODER PÚBLICO  
DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**ISMÊNIA MENDES MORAES, PREFEITA**  
**MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DE SÃO PAULO,**

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Palmital,  
**APROVOU** e eu **PROMULGO** a seguinte Lei,

**Art. 1º** Toda a publicação oficial do Poder Público do Município de Palmital deverá, obrigatoriamente, fazer menção do valor total de seu custo ao Erário e do número da presente Lei.

**§ 1º** Para efeitos desta Lei, entende-se por publicação oficial toda a divulgação de propagandas oficiais, comunicados de utilidade pública, atos oficiais e campanhas institucionais.

**§ 2º** A obrigatoriedade prevista no *caput* deste artigo aplica-se ao Poder Executivo, Autarquias e Poder Legislativo.

**Art. 2º** As menções a que se refere o Art. 1º deverão respeitar as seguintes normas:

I - serem elaboradas em letra de tamanho legível, de modo a possibilitar a perfeita compreensão do público;

II - serem claras e objetivas, em caso de mensagem oral, de modo a possibilitar a perfeita compreensão do público;

III - serem expressas com os seguintes dizeres:

a) valor cobrado por esta publicação R\$......;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

## - Estado de São Paulo -



b) declaração, entre parênteses, do valor do custo da publicação por extenso; e,

c) Lei Municipal nº...../2015.”

**Art. 3º** As menções previstas no Art. 1º da presente Lei deverão constar em toda a publicação oficial, seja em qualquer mídia ou veículo de imprensa do município.

**Parágrafo único.** No caso de veiculação em emissora de rádio, a menção deverá ocorrer sempre ao final da publicação e, no caso de veiculação de forma televisionada, deverá constar na parte inferior da imagem, de forma legível e durante toda a duração da mesma.

**Art. 4º** O disposto nesta Lei aplica-se igualmente à divulgação das matérias realizadas pelas agências de publicidade contratadas através de processo licitatório pela Administração Pública Direta, Indireta e pelo Poder Legislativo do Município.

**Art. 5º** Em caso de descumprimento das normas contidas na presente Lei será aplicada aos infratores multa no valor de 1 (um) salário mínimo, por vez que deixar fazer as menções, conforme consta do Art. 1º da presente Lei.

**Art. 6º** Caberá aos órgãos previstos no § 2º do Art. 1º, a fiscalização pelo cumprimento do disposto nesta Lei, bem como as providências cabíveis, fazendo descontar o valor da multa quando da efetivação do pagamento da matéria publicada.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Fica revogado o inteiro teor da Lei nº 2.680 de 13 de abril de 2015.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

- Estado de São Paulo -



13 de julho de 2015.

*PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, em*

**ISMÊNIA MENDES MORAES**  
**-PREFEITA MUNICIPAL-**

Publicado na ***DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E***  
***PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA***  
***MUNICIPAL DE PALMITAL, em 13 de julho de 2015.***

**DANILO ALVES PEREIRA**  
**-SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-**